O ESCOLA SEM PARTIDO CONTRA O PAÍS QUE NÃO ESTÁ NO RETRATO[1]

Fernanda Pereira de Moura[2]

Resumo:

O presente artigo analisa as visões sobre o Ensino de História contidas em um blog indicado pelo Movimento Escola Sem Partido em sua página oficial, o blog "De olho no livro didático" e, em especial, no documento intitulado "Uma análise sobre a versão homologada da BNCC" veiculada nesta página no final de 2018. O documento tem como dois de seus principais elaboradores Orley José Silva e Damares Alves que após a chegada ao poder de Bolsonaro conseguiram alcançar cargos importantes dentro do aparelho do Estado. Orley se tornou Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro de Estado da Educação enquanto Damares se tornou Ministra da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos. Pretendemos com este artigo mostrar o caráter negacionista e revisionista da história a ser ensinada na escola segundo o movimento Escola Sem Partido bem como destacar como intelectuais deste movimento conquistaram importantes cargos no Bolsonarismo.

Palavras-chave:
"Escola Sem Partido"; Fundamentalismo Religioso; BNCC

1 Trabalho originalmente apresentado no 30º Simpósio Nacional de História da ANPUH.

2 Universidade Federal Fluminense. Professora da rede Municipal do Rio de Janeiro..

Abstract:

This article analyzes the views on Teaching History contained in a blog indicated by the "Escola Sem Partido" Moviment on its official page, the blog "Keeping an eye on the textbook" and, in particular, in the document entitled "An analysis of the approved version of BNCC"published on this page at the end of 2018. The document has as two of its main writers Orley José Silva and Damares Alves who, after the arrival in power of Bolsonaro, managed to reach important positions within the state apparatus. Orley became Head of Parliamentary Advisory in the Office of the Minister of State for Education while Damares became Minister of Family, Women and Human Rights. With this article we intend to show the negationist and revisionist character of history to be taught in the school according to the Escola Sem Partido movement as well as to highlight how intellectuals of this movement won important positions in Bolsonarism.

Keywords:
"Escola Sem Partido"; Religious Fundamentalism; National Curriculum

Introdução

Embora hoje em dia, devido ao avanço do discurso fascista na nossa sociedade, o Movimento Escola Sem Partido se sinta à vontade para perseguir professores de qualquer disciplina e mesmo professores da educação infantil, em seu início um foco privilegiado era o ensino de História. Como já mencionamos, o primeiro perseguido pelo movimento segundo seu próprio mito fundador foi o professor de História da filha de Miguel Nagib. Segundo Nagib, ao comparar Che Guevara a São Francisco de Assis o professor estaria tentando retratar o revolucionário como um santo e isto se configuraria como doutrinação.

Um ponto de virada para o movimento foi a cruzada que o jornalista Ali Kamel empreendeu contra a coleção de livros didáticos Nova História Crítica em 2008. A coleção que era a mais escolhida pelos professores dentre todas disponíveis no PNLD foi acusada pelo jornalista de conter doutrinação comunista e ter sido inserida no programa pelo Partido dos Trabalhadores como forma de propaganda para que este se mantivesse no poder. O livro, que havia entrado no programa ainda no governo FHC, foi naquele momento mal avaliado na análise da edição posterior do PNLD e retirado de circulação ainda no governo Lula. O autor Mario Schimidt, morador de Niterói (RJ), sofreu toda sorte de persegui-

ções e teve sua vida completamente alterada enquanto Ali Kamel[3] se tornou o editor chefe de jornalismo da rede globo. Também de Niterói eram as primeiras professoras expostas nas redes sociais do Escola Sem Partido. Procedimento hoje extremamente comum. Ambas eram professoras do departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Além da perseguição aos professores de história, que é motivada e ao mesmo tempo difusora dos estereótipos desse docente como militante de esquerda, há ainda a perseguição motivada pela abordagem em aula de algum conteúdo parte do próprio currículo de História. O próprio currículo de História é um alvo constante de ataques por parte dos conservadores. O estereótipo do professor de história é mobiliado para apresentar conteúdos consolidados como parte do currículo tradicional (eurocêntrico inclusive) como provas de que há doutrinação nas escolas. Assim observamos uma tentativa de eliminação ou de domesticação de todos os conteúdos identificados pelos grupos conservadores como sendo "políticos". Mesmo os conteúdos mais estabelecidos e canônicos do Ensino de História como escravidão, revolução russa, nazismo, ditadura militar são postos em xeque. Apesar do Escola Sem Partido não ter produzido nenhum tipo de documento específico sobre o Ensino de História, somos capazes de analisar o que o Escola Sem Partido espera que seja o Ensino de História pelas indicações de sites e livros que faz em seu site[4].

Na página inicial do site do movimento Escola Sem Partido há canto inferior esquerdo uma área chamada "Biblioteca Politicamente Incorreta". Nela são indicados apenas quatro livros: o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* de Leandro Narloch (2012); o *Guia Politicamente Incorreto da América Latina* (NARLOCH e TEIXEIRA, 2011); o livro *Por uma crítica da geografia crítica* de Luís Lopes Diniz Filho (2013), que é professor do departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná; e o livro *Professor não é educador* de Armindo Moreira (2012). Logo acima também são indicados dois blogs: um deles é o *Tomatadas* também de Diniz Filho (2011-atual); e o outro é o blog *De Olho no Livro Didático* (2014-atual), de Orley José da Silva. Como nosso foco neste artigo é o ensino de História vamos nos dedicar a analisar apenas duas indicações: o livro Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil e o blog De Olho no Livro didático.

[3] Na época era diretor-executivo de jornalismo da TV Globo, além de ocupar o cargo de colunista no Jornal, onde até 2001 ocupou também o cargo de editor-chefe. Atualmente o jornalista é editor de jornalismo da TV Globo.

[4] A página do Movimento Escola Sem Partido está disponível em http://www.escolasempartido.org/

O Escola Sem Partido contra o Ensino de História

Começaremos pelo blog *De Olho no Livro Didático*, no qual o autor, o professor Orley José Silva[5], se dedica a tentar provar que os livros didáticos e paradidáticos distribuídos pelo MEC são materiais desenvolvidos para doutrinação dos jovens, donde a importância da análise desse site para compreender o movimento ESP. Em um artigo de Silva publicado na página do Movimento Escola Sem Partido, intitulado "Livros didáticos para a revolução socialista bolivariana", Silva (s.d.) aponta que:

> Está em curso, pois, em nosso sistema de ensino público o plantio da semente revolucionária socialista inspirada em Gramsci para uma revolução que se pretende pacífica, caso não haja acidente de percurso. Para o cumprimento deste objetivo, trabalha-se na sociedade a construção hegemônica do ideal comunista por meio de estratégias discursivas que possibilitem a subjetivação dos sujeitos.

Segundo o autor, nessa "subjetivação dos sujeitos" (sic), o livro didático teria papel fundamental uma vez que "traz uma visão marxista de praticamente tudo". Segundo o autor, seria com esse olhar "marxista" que o aluno "aprende a ver o mundo, a religião, a história, a sociedade, o estado, a família e suas relações com o ambiente, consigo mesmo e com o outro". Ainda segundo Silva, a suposta doutrinação marxista estaria focada nas questões relacionadas "a moral e os costumes" enquanto as questões relativas ao poder, à autoridade (que ele destaca que se referem também à autoridade familiar) e às instituições sociais, seriam alvo de uma doutrinação anarquista. Ele afirma que a doutrinação aconteceria de maneira explícita ou implícita principalmente nos materiais sobre "linguagem,

[5]Orley José da Silva, é professor da Rede Municipal de Educação de Goiânia, da primeira fase do ensino fundamental, mestre em letras e linguística (UFG), mestrando em estudos teológicos (SPRBC) e doutorando em ciências da religião (PUC Goiás). Orley José da Silva, é doutorando em Ciências da Religião (PUC Goiás), mestre em Letras e Linguística (UFG), mestrando em Estudos Teológicos (SPRBC) e professor no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Goiânia. No governo Bolsonaro ganhou um cargo no MEC de forma que atualmente Orley também é Assessoria Parlamentar é responsável pela Coordenação de Acompanhamento Legislativo do Senado Federal tendo sido nomeado em 15 de fevereiro de 2019. Nomeação disponível em https://www.jusbrasil.com.br/diarios/228547512/dou-secao-2-15-02-2019-pg-3.

história, geografia e os temas transversais". Neles, segundo Silva, seria possível encontrar

> a promoção do enfraquecimento das instituições sociais e o fortalecimento da confiança e dependência do Estado; há textos e imagens que fazem propaganda positiva do governo; exalta figuras socialistas brasileiras e estrangeiras; enleva o modelo socialista, relativista e sustentável de governar; relê períodos históricos e econômicos da nação de acordo com o marxismo; sublima nomes importantes do Governo; ironiza partido político de oposição e duvida da capacidade para decidir de adversários políticos. (SILVA, s/d)

Em seguida, o autor aborda uma das questões mais recorrente nas postagens em seu blog, que é a presença nos livros didáticos das religiões de matriz africana:

> Nas últimas edições recomendadas do livro didático, valores e símbolos cristãos já vinham perdendo espaço e importância. Mas na edição deste triênio, referências aos fundamentos da fé cristã que já eram escassos praticamente desaparecem, restando apenas registros do folclore e da tradição cultural do catolicismo romano popular. Em contrapartida, privilegia o sincretismo religioso e destaca pedagogicamente aspectos doutrinários e práticos de religiões de matriz africana, esoterismo, bruxaria, além da mitologia clássica. Corrobora-lhes o status de manifestação cultural e de maneiras alternativas para o exercício da espiritualidade. É o emprego do laicismo de uma via só porque esquece e substitui valores caros para as culturas judaica e cristã predominantes na constituição da crença e da moral da maioria dos brasileiros.

O autor, finalmente, fecha o texto fazendo referência a outra temática recorrente em seus textos: a imaginada "insistência governamental na desconstrução dos conceitos de família tradicional e de heteronormatividade no material didático". Menciona o *kit* de combate a homofobia e explica que este "Em tese, serviria para combater o preconceito contra a pessoa homossexual na escola, mas foi entendido pelos seus opositores como indutor para a escolha de conduta sexual".

Os três pontos destacados aqui a partir da leitura deste texto de Silva são frequentes nas falas públicas e postagens dos defensores do Escola Sem Parti-

do: a presença, nos materiais didáticos e nas aulas dos professores, de "doutrinação" de esquerda, de "doutrinação' em religiosidade de matriz africana e de "doutrinação" LGBT. De maneira geral os três temas estariam relacionados pelo seu caráter anticristão. Seja pelo choque entre duas religiosidades diferentes, seja pela presumida incompatibilidade entre o materialismo histórico marxista e o espiritualismo cristão, e também pela suposta incompatibilidade entre uma afetividade e sexualidade LGBT e a moralidade cristã.

No texto "Uma análise sobre a versão homologada da BNCC: uma nota explicativa conservadora sobre a base nacional comum curricular (BNCC) do ensino fundamental"[6], escrito pelo próprio Orley e por Damares Alves[7], Sandra Lima de Vasconcelos Ramos[8] e Viviane Petinelli[9], as autoras e autor dedicam-se a criticar a versão homologada da BNCC problematizando alguns trechos da BNCC considerados por eles como problemáticos rasurando o foco do problema e apresentando a sua solução do problema ao lado em negrito. Na versão completa dessa análise há trechos de diferentes disciplinas, mas nos concentraremos aqui apenas nos referentes à BNCC de História. Citaremos aqui trechos do documento tais como estes estão no site[10].

[6]Todos os trechos analisados a seguir foram retirados deste mesmo texto UMA ANÁLISE SOBRE A VERSÃO HOMOLOGADA DA BNCC de 15 de novembro de 2018. Disponivel em https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/2018/11/uma-analise-sobre-versao-homologada-da.html . Acessado em 15/03/2018

[7]A apresentação da atual ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é então apresentada no blog como: É advogada e assessora parlamentar, no Senado Federal. Assessora jurídica da Frente Parlamentar Mista pela Vida e pela Família, da Câmara dos Deputados e do Senado.

[8]É apresentada no blog como doutora e mestre em Educação (UFPI) e professora efetiva da UFPI.

[9]É apresentada no blog como pós-doutora em Ciência Política, especialista em políticas públicas. Coordenadora da Rede Infância Protegida e da Rede Estadual de Ação pela Família de MG.

[10]O "tachado" mostra os trechos originais que eles desejam que seja retirado ou substituído e em negrito estão os trechos que deveriam substituí-los. No site tanto as partes em negrito quanto tachadas encontram-se em vermelho, mas por questões técnicas esta parte não pudemos reproduzir e estão como o restante do texto em preto. Apenas para fins de esclarecimento para quem não possui familiaridade com a BNCC esclareço que a combinação de letras e números no início de cada frase significa o código do item. As letras EF significam Ensino Fundamental; os números seguintes o ano de escolaridade sendo 01 para o primeiro ano, 02 para o segundo ano e assim sucessivamente até o nono ano. As duas letras a seguir remetem ao componente curricular, que no nosso caso HI significa História e os números seguintes se referem a competência e habilidade item propriamente dita.

> A BNCC de História no Ensino Fundamental – Anos Iniciais ~~contempla~~ **considera,** antes de mais nada, ~~a construção do~~ **o desenvolvimento do** sujeito (idem, p. 401).

Nesse primeiro item observa-se que "construção" foi substituído por "desenvolvimento". A princípio a mudança pode parecer pequena, mas um olhar atento nos leva a perceber que "construção" remete à realização de um trabalho, enquanto "desenvolvimento" se aproxima de um processo natural. Trata-se de entender o ser humano não como um ser biopsicossocial, mas como um ser apenas biológico. Parte da natureza e, nunca é demais lembrar, criado à imagem e semelhança de Deus.

> História – 1º ano
> Objetos de conhecimento
> ~~**As diferentes formas de organização da família e da comunidade:**~~ **Os vínculos pessoais e as relações de amizade.**
> A vida em ~~**família**~~ **casa**: diferentes configurações e vínculos (Idem, p. 404).
> ~~**(EF01HI07) Identificar mudanças e permanências nas formas de organização familiar**~~ (idem, p. 405).

Nestes dois itens vemos a mesma naturalização sendo operada com relação à família através do impedimento de falar de mudanças e permanências nas formas de organização familiar – ou seja, elas teriam sido sempre do mesmo jeito: a família nuclear composta de pai, mãe e filhos, tais como a sagrada família composta por José, Maria e Jesus. Também chama atenção que deveria se falar de diferentes configurações da "vida em casa" e não da "vida em família", como se pessoas ligadas por estreitos laços vivendo sob o mesmo teto fossem apenas colegas de quarto. Vê-se a desejada presença no ensino de história do ideal familista dos grupos cristãos fundamentalistas: "Família, criação de Deus"[11].

> (EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais~~**, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.**~~ (idem, p. 409).

[11]Uma busca por "Família, criação de Deus" no google retorna hoje com quase 5.000 resultados.

É bastante significativo que para este discurso as histórias e culturas africana, indígena e de povos migrantes não mereça atenção. É comum na fala desses grupos conservadores a ideia do choque de civilizações onde a civilização judaico-cristã ocidental estaria ameaçada tanto pela chegada de culturas vindas do Oriente (próximo ou distante) quanto pela emergência das culturas até então subterrâneas (como a negra e a indígena). Em uma outra postagem no mesmo blog Orley afirma que:

> A estratégia de propagação da cultura religiosa afro nas escolas nos últimos anos, começa a dar resultado. Cada vez mais é possível observar a adesão de jovens às religiões brasileiras de matriz africana, sobretudo os de ascendência negra, fenômeno que certamente se confirmará em censos futuros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (SILVA, 2016)

Fica claro o caráter de intolerância religiosa do seu discurso. Ao analisarmos o blog constatamos que boa parte de suas postagens se baseiam em denúncias da suposta doutrinação dos alunos em religiões de matriz africana. Na postagem de onde foi retirada a citação acima[12] (SILVA, 2016), já no subtítulo o autor aponta que "Alunos de escolas públicas e privadas, inclusive confessionais, que estudarem com os livros didáticos/2016 do MEC para crianças de 6 a 10 anos, serão doutrinados sistematicamente no Candomblé e na Umbanda".

É importante lembrar nesse contexto que, em um dos inúmeros vídeos vazados[13] de falas da ministra e pastora Damares Alves anteriores ao cargo, a mesma aparece denunciando que um suposto "kit macumba" estaria sendo distribuído nas escolas brasileiras. O kit incluiria velas vermelhas, sapo com a boca aberta para a criança aprender a amarrar a boca do sapo nas escolas, cálice e ainda um livro que a professora leria para as crianças chamado "O Diabo Meu Grande Amigo". É exatamente por falas desse tipo vindas de pastores que ensinam as suas crianças a temer e demonizar as religiões de matriz africana que a escola é o lugar onde as crianças de terreiro mais sofrem violência[14].

[12]Silva, Orley. O mundo físico e espiritual dos orixás: uma literatura do MEC para alunos da escola pública. De 15 de maio de 2016; Disponível em: https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/2016/.

[13]Disponível em: https://youtu.be/LrYIK90tbIo

[14]Nogueira, Pedro Ribeiro. Escola é o espaço onde crianças de religiões afro mais se sentem discriminadas, afirma pesquisadora. 12 de maio de 2015. Disponível em: https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/05/12/escola-e-o-espaco-onde-criancas-de-religioes-afro-mais-se-sentem-discriminadas-afirma-pesquisadora/

São inúmeras as postagens do blog em questão com críticas à presença de imagens e lendas do panteão das religiões de matriz africana e aos textos explicativos sobre os fundamentos destas religiões; críticas que não são feitas com relação ao mesmo material sobre de outras matrizes religiosas. Enquanto imagens de orixás negros retirados de livros didáticos e paradidáticos são apresentadas a todo momento no blog como prova da doutrinação em umbanda e candomblé, não são apresentadas nenhuma das inúmeras imagens de personagens icônicos do cristianismo, sem dúvida alguma os mais super-representados em todos os livros didáticos de história, assim como não são apresentadas as imagens trazidas pelos livros didáticos e paradidáticos do panteão de deuses gregos, romanos e nórdicos. Parece bastante evidente que para além da intolerância religiosa em si trata-se também de racismo religioso.

> **~~(EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos~~** (idem, p. 413)

É bastante significativo que este item inteiro devesse desaparecer. Cidadania não pode ser associada ao respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos uma vez que isso significaria reconhecer os direitos de segunda e terceira geração (os direitos econômicos, sociais e culturais e os direitos coletivos) enquanto estes grupos reconhecem no máximo os direitos de primeira geração (os direitos civis e políticos tais como o direito à vida, segurança, justiça, propriedade privada, liberdade de pensamento, voto, expressão, crença, locomoção) e mesmo assim negociando quais seres humanos poderiam ser sujeitos ou não destes direitos. Como destaca Candau, "os direitos humanos são uma construção ocidental e moderna e hoje necessitam ser ressignificadas numa perspectiva multicultural, para que tenham relevância social e política, isto é, têm de incorporar as questões relacionadas à diversidade cultural". (CANDAU, 2012, p. 719)

> A **~~valorização~~ abordagem** da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena (Lei nº 10.639/200344 e Lei nº 11.645/200845) **ganha realce se justifica ~~não apenas~~** em razão do tema da escravidão**~~, mas, especialmente, por se levar em conta a~~ pela** história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração (idem, p. 415).

Interessante perceber que a história da África e afro-brasileira e indígena não deve ser valorizada. Que ela apenas se justifica pela escravidão e pelos saberes produzidos ao longo da escravidão. Retornamos a narrativa das três raças como rios em que a cultura branca é o rio principal (da cultura, da técnica e da arte) no qual desaguam as culturas negras e indígena que contribuem com música, artesanato, dança, traços da culinária e alguns vocábulos. É a cultura negra e indígena tratada através da folclorização e a história a partir da lógica da subjugação. Deste ponto de vista a liberdade por exemplo só poderia realmente vir do céu ou das mãos de Isabel.

A questão da história da escravidão é particularmente problemática e marcada por revisionismos. Em palestra para cerca de 300 pessoas, no clube hebraica no Rio de Janeiro, Bolsonaro afirmou que, se fosse eleito, acabaria com todas as reservas de terras indígenas e quilombolas. Foi neste mesmo discurso que fez a declaração: "Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R$ 1 bilhão por ano é gasto com eles"[15]. Em outro momento de sua campanha, foi ao programa Roda Viva[16] para ser sabatinado por jornalistas. Ao ser perguntado sobre seu posicionamento sobre as cotas raciais, sobre as quais sempre se mostrou desfavorável, Bolsonaro afirmou que "O português nem pisava África, eram os negros que entregavam os escravos" e completou: **"Dívida histórica? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida".**

A questão das identidades, de qualquer identidade é problematizada a todo momento pelo grupo como vemos abaixo:

> O estudo dos conflitos mundiais e nacionais, da Primeira e da Segunda Guerra, do nazismo, do fascismo, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, entre outros, permite uma compreensão circunstanciada das razões que presidiram a criação da ONU e explicam a importância do debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades ~~identitárias~~ **de identidade cultural,** especialmente na atualidade (idem, p. 416).

[15]Dolzan, Marcio. 'Não podemos abrir as portas para todo mundo', diz Bolsonaro em palestra na Hebraica. 3 de abril de 2017. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-podemos-abrir-as-portas-para-todo-mundo-diz-bolsonaro-em-palestra-na-hebraica,70001725522

[16]O Programa encontra-se disponível em: https://youtu.be/lDL59dkeTi0

A questão da identidade é sempre problemática para estes grupos porque remete à identidade étnica-racial, identidade de gênero e sexual, e mesmo a uma identidade (consciência) de classe. A única identidade possível é a nacional. E essa identidade nacional é apresentada pelo viés da cultura, mais uma vez remetendo a processos de folclorização e fazendo uma ode à diversidade. Discussões sobre como identidades se formam a partir da diferença e como diferenças implicam em desigualdades ou sobre como sujeitos carregam múltiplas identidades, inclusive lançando mão delas de acordo com o contexto, são impensáveis dentro desta lógica[17].

> (EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade **etno-racial** no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema (idem, p. 427).

Vemos que a única diversidade possível dentro da sociedade brasileira é a étnico-racial. E apresentada obviamente não pelo ponto de vista do conflito, mas pela lógica de "democracia racial" como se o Brasil não fosse um país racista ou pelo menos não mais com o racismo tendo ficado no passado.

> (EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, ~~**valorizando**~~ **identificando** as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação (idem, p. 427).
>
> (EF09HI18) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil **a partir das múltiplas interpretações a esse respeito** ~~**e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos**~~ (idem, p. 429).

[17]Para uma análise mais aprofundada sobre a diferença e o Escola Sem Partido ver: DE MOURA, F.; ARAUJO, C. Qual o lugar da diferença numa escola sem partido?. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 20, n. 3, p. 617-635, 18 dez. 2018.

É bastante significativo que no primeiro item tenham substituído "valorizar" instituições voltadas para a defesa dos direitos humanos para apenas "reconhecer" estas instituições, como se o trabalho desenvolvido por estas não fosse fundamental para a garantia de direitos fundamentais e para a manutenção do Estado democrático de Direito. Vemos no segundo item que o objetivo é a retirada da discussão sobre os direitos à memória e à justiça, além da inclusão das múltiplas interpretações sobre a ditadura militar. Nestas múltiplas interpretações a ditadura pode inclusive nunca ter existido, tendo o período ditatorial tendo sido "apenas" um período de governos militares e o golpe de estado ter sido a revolução que garantiu a manutenção da "democracia" frente à ameaça comunista.

É significativo, e triste, que deste grupo que escreveu este documento tenha saído a atual ministra da mulher, da família e dos direitos humanos. A mesma ministra que após reuniões da comissão da verdade com representantes das forças armadas faz postagens em seu Twitter com as *hashtags* "#CaixapretadaAnistia" e "#Chegadecorrupção". A mesma ministra que quando perguntada se iria revisar a comissão da verdade[18] respondeu:

> sim. A comissão de anistia precisa começar a pensar em acabar. Ela foi instituída para um período, mas não acaba. Todos os dias tem pedidos. Começou-se a abrir espaço na comissão para que pessoas que fizeram greve e foram demitidas peçam indenização como perseguidos políticos. Isto é indenização trabalhista! A comissão foi criada para analisar os pedidos. Mas passou a publicar livros, produzir dvds e até se aventurou em construção de prédios. Essa comissão perdeu o foco. Vamos publicar novo regimento interno e definir o que fará a comissão. Vamos trabalhar na legalidade. Vou mudar a composição da comissão, constituída por 22 pessoas. Vou trazer pessoas técnicas, juristas, sem viés político.

Enquanto isso os deputados federais eleitos pelo partido do presidente que a escolheu como ministra coletam assinaturas para instaurar uma CPI para investigar a atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV, que funcionou de 2012 a 2014) e apurar os pagamentos aos anistiados políticos[19]. Vale lembrar

[18]https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/posso-ir-as-ruas-de-bracos-dados-com-feministas-por-salarios-iguais-diz-damares.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

19 https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206186

que o grande ídolo do atual presidente eleito é o Coronel Carlos Brilhante Ulstra a quem chegou a elogiar[20] no plenário da câmara durante a votação do Impeachment da então presidenta Dilma Roussef que fora justamente torturada por Ulstra durante sua prisão no período ditatorial militar.

> História – 9º ano
> Objetos de conhecimento
> Pluralidades e diversidades ~~identitárias~~ **etno-raciais e culturais** na atualidade (idem, p. 430).
>
> (EF09HI36) Identificar e discutir as **diversidades etno-raciais e culturais** e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência (idem, p. 431).

Os itens acima seguem o que já debatemos em itens anteriores que apareceram em outros anos de escolaridade. Chega a ser cômico que ao debater a questão das identidades no século XXI com alunos de 14 e 15 anos em média a única identidade que deva ser tratada de acordo com o currículo oficial seja a racial.

Em outra postagem do mesmo blog (SILVA; PETINELLI, 2017) dedicada a denunciar o viés ideológico da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, os autores afirmam que haveria no texto "inúmeras frases e períodos muito bem construídos e maliciosamente costurados, dizendo uma coisa, mas, na verdade, querendo dizer outra" que trariam três grandes ameaças: 1) um projeto de desconstrução da família natural, 2) um projeto de desconstrução da sexualidade natural e 3) um projeto de desconstrução da moral religiosa cristã. Com relação à primeira ameaça, os autores criticam, primeiramente, a apresentação aos alunos da existência de diferentes tipos de famílias e casamentos. Criticam também a desconstrução de uma pressuposta "identidade natural" dos indivíduos. Para os autores, o estímulo a que os alunos valorizem a diversidade dos indivíduos, a que construam sua identidade pessoal e que a valorizem bem como a que desenvolvam sua alteridade, é apontado como prova de doutrinação. Também haveria doutrinação na busca de fazer com que os alunos repensem "dualidades e binômios (corpo versus mente, popular versus erudito, teoria versus prática), em favor de um conjunto híbrido e dinâmico de práticas".

[20]O Vídeo da fala de Bolsonaro está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=54KU-DU-u1P0

> (EF09HI32) Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos **e dos movimentos favoráveis** às políticas globais (idem, p. 431).

Interessante o grupo fazer questão de destacar a existência de grupos favoráveis à globalização. O grupo mostra aí a sua vertente mais liberal (economicamente, é claro) uma vez que os segmentos conservadores de maneira geral escolheram criticar o Globalismo (a globalização cultural) como um dos principais inimigos dos "cidadãos de bem". O próprio ministro da educação, Ricardo Velez Rodrigues, e o ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, já usaram seus pronunciamentos oficiais para denunciar a suposta conspiração comunista que agiria através do globalismo.

> A percepção das diferenças (alteridades) possibilita a distinção entre o "eu" e o "outro", "nós" e "eles", cujas relações dialógicas são mediadas por referenciais simbólicos (representações, saberes, crenças, convicções, valores) necessários à ~~construção~~ **expressão da identidade pessoal** (idem, p. 436).

Novamente a identidade é mostrada como algo nato do indivíduo e não algo construído ao longo da vida através de sua socialização.

As questões que discutimos até agora referentes aos itens do currículo acerca da escravidão e da ditadura militar relacionam-se com o revisionismo presente no livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* já mencionado anteriormente. O livro indicado na seção Biblioteca Politicamente Incorreta da página do Escola Sem Partido traz todos os argumentos utilizados por Bolsonaro para defender seu posicionamento contrário às cotas e à lei de anistia. Não nos aprofundaremos na análise do livro por questões de espaço, mas apenas a citação do título de algumas seções deste já deixa claro que o livro serve de arcabouço intelectual para essa nova direita revisionista defensora do Escola Sem Partido, uma vez que nenhum dos títulos contém ironia e todos já adiantam a principal ideia do respectivo texto. O livro apresenta títulos como "Quem matou mais índios foram os índios", "Os bandeirantes não eram heróis, não?", "Zumbi tinha escravos", "os portugueses aprenderam com os africanos a comprar escravos", "os africanos lutaram contra o fim da escravidão", "Elogio à monarquia" e "Três coisas que a tortura não esconde" que se divide em sub itens com os seguintes títulos: "A

guerrilha provocou o endurecimento do regime militar", "Os guerrilheiros não lutavam por liberdade" e "O sonho acabou: que bom".

O Ensino de História contra o Escola Sem Partido

Cabe ao Ensino de História reafirmar-se como lócus de educação integral dos seres humanos. Os currículos e as formas de abordar os conteúdos precisam estar preocupados não apenas com a formação para o trabalho, mas também com a formação da pessoa humana e do cidadão como vimos anteriormente, ou, nas palavras de Gert Biesta, com a socialização, a subjetivação e a qualificação.

O ensino de História sempre esteve intimamente relacionado com a construção de identidades e a formação dos cidadãos, mas hoje é inaceitável que a única preocupação com a identidade contida em um currículo seja a identidade nacional e que o cidadão que estejamos criando seja aquele disposto a pegar em armas para proteger sua nação ou que repita slogans que excluam da cidadania imaginada aqueles que já foram excluídos da cidadania pela ausência de políticas públicas que efetivem direitos legais. Não queremos alunos que cantem o hino e louvem a bandeira enquanto se ufanam de um país que mata indígenas, jovens negros, mulheres e LGBTs. Queremos criar o cidadão da constituição de 1988, o que conhece os seus direitos e é capaz de demandá-los.

Cabe sim a nós, professores de História, ajudar na construção da identidade dos nossos alunos, mas não de uma identidade única, ligada ao nacional ou mesmo a um grupo específico e, sim, de uma ideia de identidades múltiplas ligadas às diferentes instâncias de suas vidas. A melhor forma de proporcionar ferramentas aos alunos para que possam construir suas identidades desta maneira é fornecendo-lhes não apenas os conteúdos disciplinares, mas também ensinando-lhes a fazer a crítica histórica e a pensar historicamente sobre como as identidades se constituíram e se constituem. É preciso, como destaca Borne (1998, p. 140), que os alunos saibam operar um "ordenamento no tempo", que tenham trabalhado o "pensamento lógico e crítico", que compreendam o significado de alteridade e, assim, consigam viver "de maneira tolerante".

Nós professores e professoras de história estamos buscando trazer outras histórias, muitas vezes, apesar dos currículos e apesar dos livros didáticos. É um grande desafio que nos colocamos, mais um, em meio aos baixos salários, às longas jornadas de trabalho, à falta de tempo de planejamento, às lacunas da nossa formação, ao desprestígio social e à perseguição política que estamos sofrendo de grupos de direita e vinculados ao fundamentalismo religioso.

Temos sim mostrado que atrás do herói emoldurado temos mulheres, tamoios, mulatos, e as multidões. Temos mostrado que a liberdade é um dragão no mar de Aracati, é Dandara e é Zumbi. Temos mostrado que foi invasão e não descobrimento e temos resgatado quem foi de aço nos anos de chumbo. E justamente por tudo isso estamos sendo humilhados, perseguidos e ameaçados. Mas retroceder não é a solução. Retroceder não pode sequer ser entendido como uma possibilidade. O caminho é tornar as nossas aulas cada vez mais críticas e estarmos em dialogo cada vez maior com nossos colegas, organizações políticas e academia. Precisamos deixar de pensar o magistério como uma profissão solitária e entendê-lo como a profissão por excelência do diálogo, do afeto e do encontro. Precisamos assumir juntos o compromisso de fazer um ensino de história para irritar gente grande e acordar gente miúda. É na luta que a gente se encontra.

RECEBIDO em 18 de abril de 2020
APROVADO em 20 de julho de 2020

Referências

DERISSO, José Luis. *Marxismo e história da família*: Resposta aos opositores da chamada "ideologia de gênero" na educação. Anais do X Seminário Nacional do HISTEDBR – 30 anos do HISTEDBR Contribuições para a história e a historiografia da educação brasileira. Campinas/SP: Unicamp, 2016. Disponível em <https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/paper/viewFile/1029/196>. Acesso em 22/02/2018.

JUNQUEIRA, Rogério D. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: Ribeiro, Paula R. C.; Magalhães, Joanalira C. (orgs.). Debates contemporaneos educacao para a sexualidade. Rio Grande, RS, Ed. da FURG, 2017, pp. 25-52.

MOURA, F. P. de. "Escola Sem Partido": relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. 189 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MOURA, Fernanda e SALLES, Diogo da Costa. O Escola sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Revista Periódicus**, n. 9, vol. 1, maio-out. 2018.

DE MOURA, F.; ARAUJO, C. Qual o lugar da diferença numa escola sem partido?. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 20, n. 3, p. 617-635, 18 dez. 2018.

PENNA, Fernando e SALLES, Diogo da Costa. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. MUNIZ e LEAL (orgs.). Fortaleza: EdUECE, 2017.

SANCHEZ, Giovana Romano. Mulheres são menos de 10% dos personagens em livro de história usado em escolas públicas. 5 de outubro de 2017 http://www.generonumero.media/no-rodape-da-historia-mulheres-sao-menos-de-10-de-personagens-em-livro-didatico-usado--nas-escolas-publicas/ acesso em 06 abril 2019.

SILVA, Renata da C. A. A ideologia do Escola sem Partido. Site Professores contra o Escola sem Partido. 2016. Disponível em: https://profscontraoesp.org/2016/06/03/a-ideologia-do-escola-sem-partido/ . Acesso em 19 fev. 2019.

SILVA, Valeria Fernandes da. *Sujeito da história ou reclusa de caixa de texto*: um olhar feminista sobre as representações femininas nos livros didáticos de história. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (org.). **Estudos Feministas e de Gênero**: Articulações e Perspectivas. Santa Catarina: Mulheres, 2014.